



PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS  
ESTADO DE MINAS GERAIS

---

**AVISO DE REMARCAÇÃO DE DISPENSA 049/2025 – PROCESSO 125/2025**

**CONTRATANTE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS - MG

**OBJETO**

O objeto da presente dispensa de licitação é a contratação de empresa especializada para confecção e fornecimento de camisetas de uniforme destinadas ao uso das Conselheiras Tutelares do município de Luminárias/MG.

**A data e o horário ficam remarcados para possíveis interessados, tendo em vista que na data de 07/10/2025, não foi apresentada nenhuma proposta.**

**DATA E HORÁRIO:**

Data inicial: 20/10/2025 – 10 horas

Data final: 23/10/2025 – 10 horas

Sessão de abertura: 23/10/2025 – 10 horas e 1 min

**MODO DE DISPUTA:** FECHADO, protocolo de propostas adicionais até o horário permitido acima.

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

Sim, conforme Lei 123/2006



# PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS

## ESTADO DE MINAS GERAIS

### AVISO DE DISPENSA 049/2025 – PROCESSO 125/2025 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Luminárias torna pública a abertura de dispensa de licitação conforme abaixo:

1. **OBJETO:** O presente aviso tem por objeto a DISPENSA contratação de empresa especializada para confecção e fornecimento de camisetas de uniforme destinadas ao uso das Conselheiras Tutelares do município de Luminárias/MG.
  - 1.1 Julgamento menor preço global
  - 1.3. Valor total estimado: R\$ 773,40 (setecentos e setenta e três reais e quarenta centavos)
  - 1.4. O valor foi calculado através de cotações e utilizados os menores valores encontrados no mercado para possíveis apresentações de propostas adicionais.

Descrição	Unidade	Tamanho	Quantidade	Valor unitário	Valor total
Camiseta simples. Material: PV antipiling; Logomarca em Silk	UN/SV	Baby look G: 2 Baby look GG: 2 P: 2 M: 6	12	R\$35,00	R\$420,00
Camiseta polo. Material: Piquet; Logomarca bordada	UN/SV	Baby look G: 2 Baby look GG: 2 P: 2 M: 6	6	R\$58,90	R\$353,40

## 2. JUSTIFICATIVA:

2.1. A contratação de empresa especializada para confecção de camisetas de uniforme justifica-se pela necessidade de padronizar a identificação das Conselheiras Tutelares, garantindo maior organização e profissionalismo no atendimento ao público. O uso de uniformes contribui para a segurança e fácil identificação dos servidores durante o desempenho de suas funções, além de reforçar a imagem institucional da Administração Municipal. A aquisição de tais uniformes é essencial para proporcionar melhor apresentação dos servidores, transmitir credibilidade à população e atender às demandas do serviço público de forma adequada.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS

## ESTADO DE MINAS GERAIS

---

2.2. Opta-se pela dispensa presencial para possibilitar maior celeridade no procedimento, garantindo atendimento imediato à necessidade da Administração Municipal, uma vez que os uniformes são essenciais para a identificação dos servidores e Conselheiras Tutelares, promovendo organização, segurança e padronização no atendimento ao público. Ressalta-se que a contratação será formalizada mediante cotação prévia e escolha da proposta mais vantajosa para o município, observando-se os princípios da economicidade, eficiência e publicidade.

### **3. JULGAMENTO: GLOBAL**

3.1. O objeto da contratação consiste na confecção de camisetas de uniforme padronizadas, que devem seguir o mesmo modelo, tecido, cor e personalização, a fim de garantir a identidade visual. O parcelamento da contratação mostra-se inviável, pois poderia gerar divergências no padrão das peças, comprometendo a uniformidade e a qualidade do material fornecido, além de dificultar o controle e a gestão da entrega. Dessa forma, a aquisição integral em lote único assegura maior padronização, celeridade no fornecimento e melhor relação custo-benefício para a Administração Municipal.

### **4. DO PRAZO:**

- 4.1. Será realizada ata de registro de preços com duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada conforme Lei 14133/2021.
- 4.2. Prazo entrega/confecção: 60 (sessenta) dias após a emissão da ordem de serviço.

### **5. DA ESPECIALIZAÇÃO:**

- 5.1. Torna-se necessário que a empresa contratada seja do ramo pertinente.

### **6. DO FORNECIMENTO:**

- 6.1. Prazo entrega/confecção: 60 (sessenta) dias após a emissão da ordem de serviço, de acordo com o termo de referência

### **7. FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:**

- 7.1. A fiscalização da execução contratual serão os responsáveis por cada Secretaria de acordo com o Decreto 19/2023.

### **08. DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento se dará em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal.

### **09. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA:**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS

## ESTADO DE MINAS GERAIS

---

9.1. A participação na presente dispensa:

9.1.1. Os interessados deverão atender aos procedimentos previstos no Termo de referência (Anexo I) e demais anexos na Engenharia.

9.1.2. O interessado é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante.

9.2. Não poderão participar desta dispensa os licitantes:

9.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa e seu(s) anexo(s);

9.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

9.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

9.3.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

9.3.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

9.3.3 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

9.4.1. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

## **10. FASE DE PROPOSTAS**

10.1. Até as 10h e 01 min do dia 23/10/2025, a sessão pública se iniciará através dos interessados, para análise da documentação apresentada e da menor proposta apresentada.

10.2. Havendo propostas iguais com menor preço, será realizada negociação através de lances na hora da sessão.

10.3. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados através de ata publicada.

10.4. As propostas deverão seguir os anexos divulgados juntamente com este aviso.

## **11. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

11.1. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS

## ESTADO DE MINAS GERAIS

---

11.2. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

11.3. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

11.4. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa.

11.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

## 12. HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação:

### 12.1.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;
- c.1) Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### 12.1.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou a sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal (Certidão Conjunta de Débitos Federais e Dívida Ativa da União), estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - FGTS, através de Certificado de Regularidade Fiscal emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS

## ESTADO DE MINAS GERAIS

---

- h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT.
- i) Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

### **13. CONTRATAÇÃO**

- 13.1. Após a homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
- 13.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 13.3. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

### **14. SANÇÕES**

- 14.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
- 14.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 14.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 14.3. Dar causa à inexecução total do contrato;
- 14.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 14.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 14.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 14.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 14.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 14.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS

## ESTADO DE MINAS GERAIS

---

14.11. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

14.12. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

14.13. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.14. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

14.14.1. Advertência pela falta do subitem 14.1. deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

a) Multa de 10 (dez) por cento sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens acima.

14.14.2 Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 14.1 a 14.16 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.14.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos do item 14, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

14.15. Na aplicação das sanções serão considerados:

b) A natureza e a gravidade da infração cometida;

c) As peculiaridades do caso concreto;

d) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

e) Os danos que dela provierem para a administração pública;

f) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.16. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

## **15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1. O procedimento será divulgado no site da Prefeitura Municipal de Luminárias – MG.

15.2. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE LUMINÁRIAS ESTADO DE MINAS GERAIS

---

15.3. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.4. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

15.5. Anexos:

ANEXO I – Termo de referência

ANEXO II – Modelo de proposta

PUBLICADO NO SITE E NO MURAL EM 17 DE OUTUBRO DE 2025.

**Raul Magnum Tadeu Souza**  
**Agente de contratação**